

Evolução da Saúde Pública no Brasil

UNIDADE 1 – Evolução da saúde Pública no Brasil e as Abordagens
Integrativas

Prof (a). Ana Laux

A Evolução da Saúde Pública no Brasil

Período Higienista (1808-1930)

O início da saúde pública no Brasil foi marcado por ações de controle sanitário e combate a epidemias. As políticas de saúde eram centralizadas e tinham como foco principal o controle de doenças que ameaçavam a economia agroexportadora.

1

2

Período da Medicina Previdenciária (1930-1988)

Nesta fase, a saúde estava atrelada ao trabalho formal. O acesso aos serviços de saúde era restrito aos trabalhadores com carteira assinada, deixando grande parte da população sem assistência médica adequada.

3

Período do Sistema Único de Saúde (1988-atualidade)

Com a Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser reconhecida como direito universal. O SUS foi criado para garantir acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde para toda a população brasileira.





Reforma Sanitária e Criação do SUS

1

Reforma Sanitária

Iniciada na década de 1970, questionou o modelo assistencialista e defendeu a universalização do acesso à saúde.

2

Constituição de 1988

Estabeleceu a saúde como direito de todos e dever do Estado, criando as bases para o SUS.

3

Lei nº 8.080/1990

Regulamentou o SUS, estabelecendo os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Principais Políticas de Saúde Integral

Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)

Fomenta ações intersetoriais que favorecem a equidade e melhoria das condições de vida.

Política Nacional de Humanização (PNH)

Promove atendimento acolhedor e participativo no SUS.

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)

Incorpora abordagens holísticas ao sistema de saúde.



Política Nacional de Promoção da Saúde

1

Instituição

Criada em 2006 e atualizada em 2014, visa prevenir doenças e promover qualidade de vida.

2

Objetivo

Fomentar ações intersetoriais que reduzam vulnerabilidades e riscos à saúde.

3

Abordagem

Prioriza estratégias coletivas e participativas, envolvendo a comunidade nas decisões.





Objetivos da PNPS



1

Incentivar práticas saudáveis

Promove alimentação equilibrada e atividade física nos diferentes ciclos de vida.

2

Fortalecer redes de proteção

Desenvolve redes sociais e comunitárias para promover saúde mental e bem-estar.

3

Ampliar acesso à informação

Capacita a população na construção de hábitos saudáveis.

4

Estimular ambientes saudáveis

Foca em políticas que reduzam desigualdades sociais e ambientais.

Política Nacional de Humanização

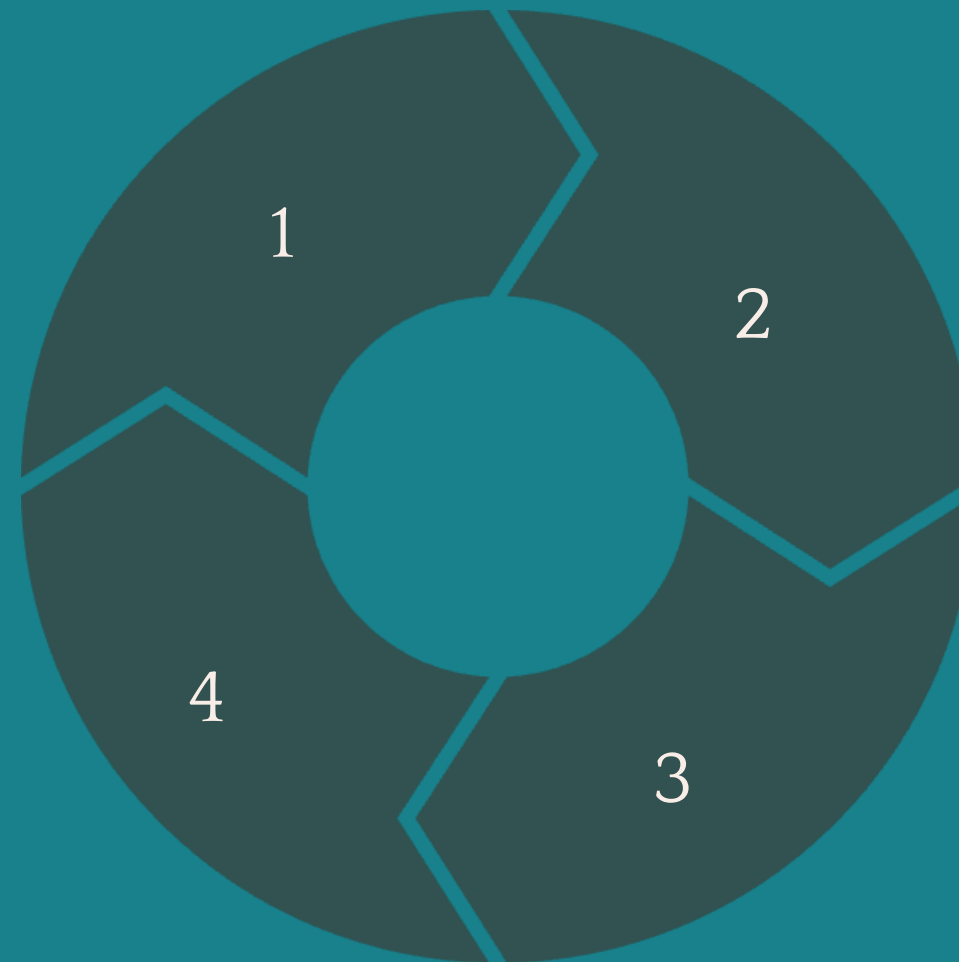


Conceito

Humanização das relações entre usuários, profissionais e gestores.

Resultados

Ampliação do acolhimento e qualificação dos serviços.



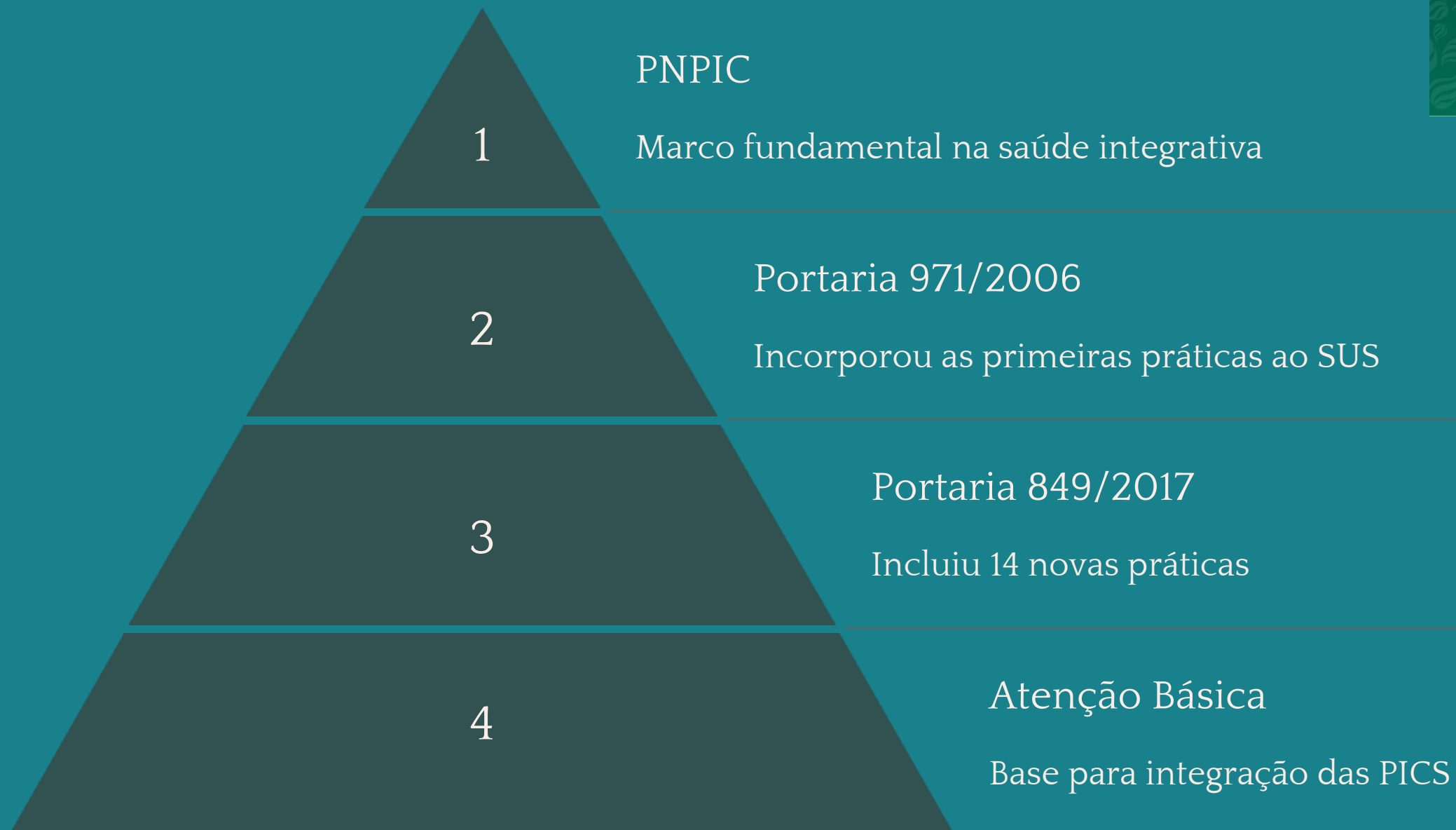
Objetivo

Garantir atendimento digno e melhores condições de trabalho.

Implementação

Ocorre via participação voluntária dos gestores locais.

Práticas Integrativas no SUS



Diversidade Cultural na Saúde



Saberes Tradicionais

A PNPIC reconhece e incorpora práticas terapêuticas tradicionais e populares ao SUS.



Saúde Rural

A PNSIPCF garante acesso à saúde para comunidades *rurais, indígenas e quilombolas*.



Fitoterapia

O uso de plantas medicinais integra saberes culturais ao cuidado em saúde.

Impactos das Abordagens Integrativas



Cuidado Integral

Ampliação das opções terapêuticas.



Redução da Medicalização

Alternativas ao uso de medicamentos.



Fortalecimento da Atenção Básica

Cuidado próximo da comunidade.



Promoção da Equidade

Acesso a práticas seguras.

Desafios e Perspectivas Futuras

1

Ampliação da Oferta

Expandir práticas integrativas em todas as regiões

2

Qualificação Profissional

Garantir formação adequada aos profissionais

3

Pesquisa e Evidências

Investir em estudos sobre eficácia e segurança

4

Integração com Políticas

Articular com outras políticas de saúde



Organização Mundial da Saúde

Fundação

Agência especializada da ONU criada em 1948 para coordenar ações internacionais de saúde pública.

Abrangência

Conta com 194 países membros que colaboram para alcançar objetivos globais de saúde.

Função

Coordena ações de saúde, define normas e padrões, monitora tendências e promove pesquisas.

Atuação

Trabalha com governos e ONGs para implementar programas e oferecer orientações baseadas em evidências.



Influência da OMS nas Práticas Integrativas

A Organização Mundial da Saúde tem papel fundamental na valorização das práticas integrativas nos sistemas de saúde globais. Desde 1970, a OMS reconhece a medicina tradicional como essencial para a atenção primária.



Contexto Histórico

1

Década de 1970

OMS começa a reconhecer a medicina tradicional como parte essencial da atenção primária à saúde.

2

Virada do Século XXI

Aumento do interesse global impulsionado pela demanda crescente da população e interesse científico.

3

2002-2005

Lançamento da primeira Estratégia sobre Medicina Tradicional com diretrizes concretas para regulamentação.





Estratégia da OMS 2014-2023

Reconhecimento e Integração

Incentivo aos países para adotarem políticas regulatórias específicas e incluírem terapias tradicionais nos sistemas oficiais.

Pesquisa e Evidência Científica

Fomento a estudos clínicos sobre eficácia das medicações tradicionais e criação de diretrizes para qualidade.

Capacitação Profissional

Desenvolvimento de programas de formação e criação de protocolos para uso seguro das terapias.

Sustentabilidade e Acesso

Preservação do conhecimento tradicional e promoção da equidade no acesso às abordagens integrativas.

OMS – Impacto Global da Estratégia



Brasil

Reforço da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, expandindo a oferta de terapias.

China

Integração oficial da acupuntura e fitoterapia ao sistema de saúde nacional.

Índia

Reconhecimento e suporte institucional à Ayurveda, com investimentos em pesquisa.

Alemanha

Regulamentação da homeopatia e outras práticas complementares, assegurando padrões de qualidade.

Movimentos Sociais e PICS no Brasil

Movimento pela Saúde Popular

Pioneiro na defesa das práticas integrativas, valorizando saberes tradicionais.



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Contribuiu para valorização da fitoterapia e medicina natural em comunidades rurais.

Movimento Negro e de Matriz Africana

Lutou pelo reconhecimento das práticas terapêuticas de matriz africana no SUS.

Contribuições Acadêmicas

1

Pesquisas Científicas

Instituições como Fiocruz e Unifesp desenvolveram estudos comprovando eficácia e segurança das práticas.

2

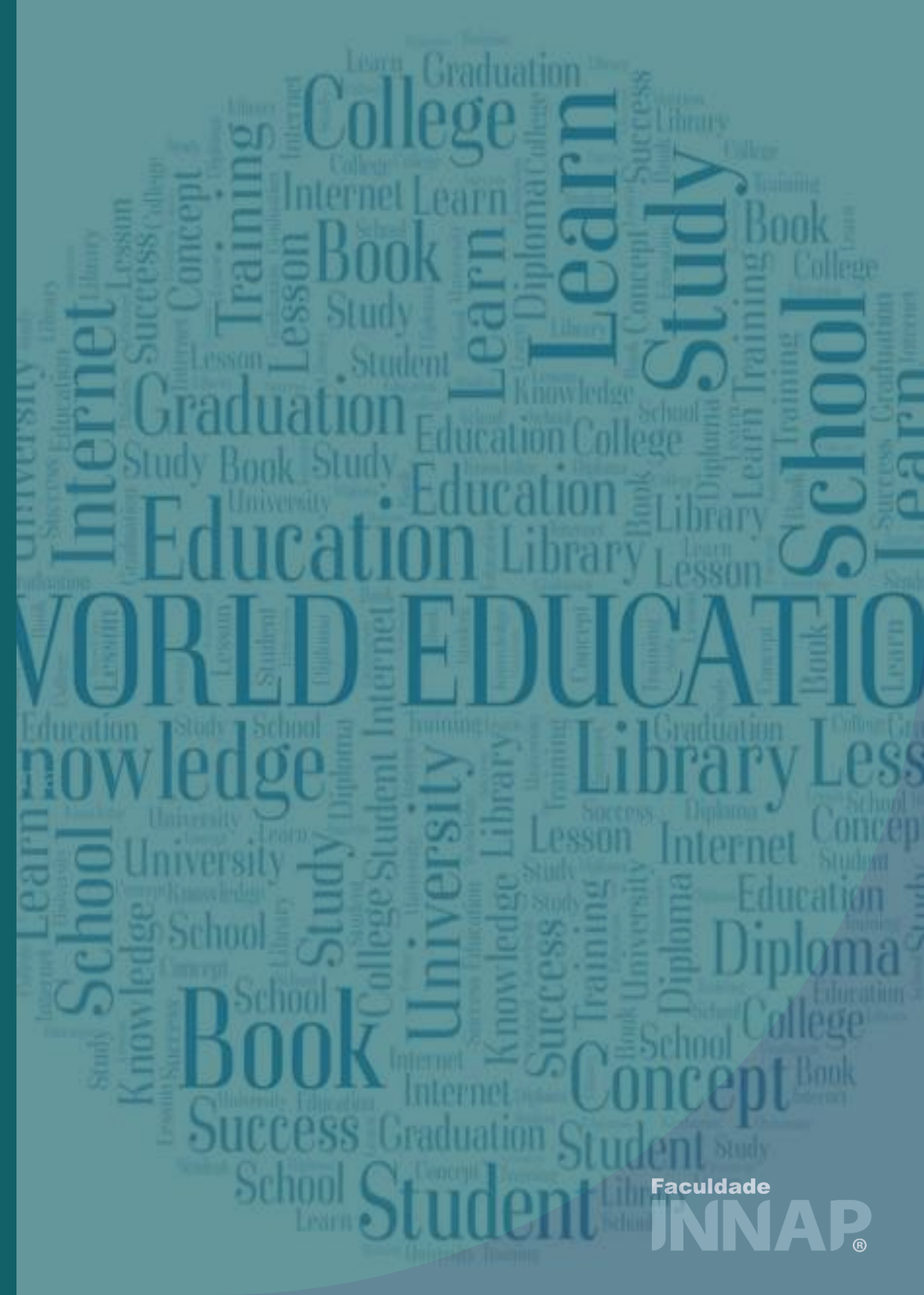
Formação de Profissionais

Cursos de especialização e residências multiprofissionais qualificaram profissionais para oferta das PICS.

3

Eventos e Publicações

Eventos científicos e publicações contribuíram para disseminação de conhecimentos e práticas.



Atores Institucionais



Ministério da Saúde

Formalizou a PNPIC através da Portaria GM/MS nº 971/2006



Conselho Nacional de Saúde

Promoveu discussões e recomendações sobre PICS



Secretarias Estaduais e Municipais

Implementaram a política em todo território nacional



Impactos das PICS no SUS



Ampliação do Cuidado Integral

Mais opções terapêuticas para prevenção, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida.



Redução da Medicalização

Alternativas que podem diminuir uso de medicamentos e procedimentos invasivos.



Fortalecimento da Atenção Básica

Integração que promove cuidado mais próximo da comunidade e alinhado às necessidades locais.



Promoção da Equidade

Acesso a práticas seguras para populações vulneráveis, reduzindo desigualdades.

Bibliografia

BRASIL. Portaria N° 971, DE 03 DE MAIO DE 2006. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, mai. 2006.

BRASIL. Portaria SAPS n° 43, de 11 de julho de 2023. Brasília, DF, jul. 2023.

BRASIL. Portaria n° 633, de 28 de março de 2017. Brasília, DF, mar. 2017.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 1988. Brasília, DF, 1988.